

“Art. 5º O MC poderá repassar aos entes federativos recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade de repasse fundo a fundo destinados a:

I - adquirir equipamentos e materiais permanentes para fins de investimento, classificadas no Grupo de Natureza da Despesa - GND 4;”

Diante do exposto acima, somente o Ente Federado poderá fazer aquisição de equipamento permanente, mediante a orientação do art. 26º da Portaria MC 580/2020;

“Art. 26. A aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes deverá observar a legislação específica, ainda que em benefício de entidades ou organizações de assistência social.”

Sendo assim, não há viabilidade para o repasse do recurso GND – 4, advindo da Emenda Parlamentar no valor de R\$100.000,00 (Cem Mil Reais) para aquisição de bens e equipamentos permanentes, conforme descrito no Plano de Trabalho apresentado pela OSC, tornando a parceria inexecutível.

Santa Luzia, 17 de Janeiro de 2023.

Ana Clara Paiva Gabrich
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania
Mat.35758

SECRETARIA MUNICIPAL
DE OBRAS

PORTARIA 01/2023/OBRAS, DE 19 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre nomeação de servidor como fiscal de contrato titular da Secretaria de Obras e seu respectivo suplente

BRUNO MÁRCIO MOREIRA ALMEIDA, Secretário Municipal de Obras de Santa Luzia/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 81 da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia/MG, resolve:

Art. 1º: Nomear, conforme abaixo, os membros representantes titulares da Secretaria Municipal de Obras como Fiscal do contrato sob supervisão desta Secretaria e seu respectivo Suplente:

Empresa contratada: EGECOM CONSTRUTORA LTDA

Número do contrato: 174/2022

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a reforma do Campo do Londrina – Ratão, localizado na Rua Gonçalves Dias esquina com Avenida Euclides da Cunha, Bairro Londrina, Santa Luzia/MG.

Fiscal titular: Edson Espinola Xavier, Matrícula nº 34.716.

Fiscal suplente: Raphaela Fernanda da Silva, Matrícula nº 34.775.

Art. 2º: Os nomeados têm competência para responder pela Secretaria de Obras perante os contratados, atestar (liquidar) as notas fiscais, gestão das medições, acometer diligências, acompanhar a execução, fiscalizar as obras, notificar a contratada e entre outras tarefas técnicas relacionadas na Lei 8.666/1993.

Art. 3º O serviço de Fiscal de Contrato, titular e suplente, é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM, nos termos do Art. 10º da Instrução Normativa nº. 03/2018, aprovada pelo Decreto nº 3.378, de 05 de Novembro de 2018.

Art. 5º: Revogam-se disposições em contrário.

Santa Luzia/MG, 19 de janeiro de 2023.

Bruno Márcio Moreira Almeida
Secretário Municipal de Obras

SECRETARIA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

EDITAL Nº 001/2023/SEAGRI PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL EM LOGRADOURO PÚBLICO NAS FEIRAS DO BOM DESTINO, ESTAÇÃOZINHA, JUVENTUDE E PALMITAL.

Links:

EDITAL:

<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/THVtQZRnZPTK11m>

HORÁRIOS E LOCAIS DAS FEIRAS:

<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/3dVVIdgPxi8gUse>

MODELO DE BARRACAS:

<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/Lnrbi2LUUKqfE5h>

FICHA DE INSCRIÇÃO:

<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/GGgxuq8bYrdd8Po>

CRONOGRAMA:

<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/UV5sLu63gKjD8Wy>

TABELA DE PONTUAÇÃO:

<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/ZTo8d1H45yP6Zjn>

COMO ENTREGAR O ENVELOPE DE INSCRIÇÃO:

<https://drive.santaluzia.mg.gov.br/owncloud/index.php/s/KdxGe8iFwrrXle7>

Wagner Silva da Conceição
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento

SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E HABITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO TÁCITA

Declaro para os devidos fins de direito que a REURB da área denominada Londrina (procedimento administrativo 35/2022 – OF. 7095/2022) foi instaurada como REURB-S, tal como requerido, tendo em vista o decurso de prazo para a classificação formal, à luz da Lei 13.465/2017 (art. 30) e Decreto 9.310 (art.23), com a mesma redação.

Art. 30. Compete aos Municípios nos quais estejam situados os núcleos urbanos informais a serem regularizados:

I – classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb

• 3º A inércia do Município implica a automática fixação da modalidade de classificação da Reurb indicada pelo legitimado em seu requerimento, bem

como o prosseguimento do procedimento

administrativo da Reurb, sem prejuízo de futura revisão dessa classificação pelo Município, mediante estudo técnico que justifique.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Santa Luzia, quinta-feira, 20 de Janeiro de 2023

Fabício Silvestre Balieiro
Coordenador de Habitação e Regularização Fundiária Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

GABINETE
DO PREFEITO

EXTRATO 01/2023 COHAB

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO GABINETE Nº 01/2023 DO TERMO DE ACORDO ADMINISTRATIVO Nº 01/2023 EXPROPRIANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG. EX-PROPRIADO: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COHAB MINAS.

OBJETO: DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, A IMISSÃO NA POSSE E O PAGAMENTO DE TERRENOS

EXTRATO 012023 COHAB

<https://www.santaluzia.mg.gov.br/dom/wp-content/uploads/2023/01/EXTRATO-012023-COHAB.pdf>

PORTARIA Nº 23.259, DE 20 DE JANEIRO DE 2023

Institui a Comissão de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VI do caput do art. 71 e do art. 101 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, denominada “Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, a qual estabelece novo regime de normas gerais de contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que o art. 193 da supracitada Lei prevê que, após decorridos 2 (dois) anos da sua publicação oficial, ou seja, 1º de abril de 2023, serão revogadas as normas que regem o assunto, isto é, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133, de 2021, impõe o dever de regulamentação de vários de seus dispositivos, a exemplo do seu art. 19;

CONSIDERANDO que o art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, ordena que as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas; e

CONSIDERANDO a manifestação[1] da Superintendência de Licitações e Compras, setor afeto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, sobre a necessidade de implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos no Município, com a condução por uma comissão responsável pelo período de transição,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município.

§ 1º A Comissão atuará sob a estrutura e a supervisão da Superintendência de Licitações e Compras, setor afeto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, com assessoramento jurídico prioritário da Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º A Comissão ficará responsável por levantar as necessidades administrativas e normativas para a implantação supracitada, propondo as medidas e os regulamentos necessários para as autoridades municipais competentes.

§ 3º Todas as Secretarias Municipais, órgãos autônomos e autarquias deverão colaborar prioritariamente com as solicitações, consultas ou orientações da Comissão, de modo que a nova Lei possa ser minimamente seguida a partir de 1º de abril de 2023.

§ 4º O início dos trabalhos da Comissão se dará na data de publicação desta Portaria e o término em 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Ficam nomeados os membros da Comissão de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos na seguinte forma:

I - representante da Procuradoria-Geral do Município, como presidente:

- a) Falkner de Araújo Botelho, matrícula nº 33.687, titular; e
b) Eduarda Lorena dos Santos Rodrigues, matrícula nº 35.770, suplente;

II - representantes da Superintendência de Licitações e Compras, setor afeto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas:

- a) Fabiana Maria de Paiva da Silva, matrícula nº 34.811, titular;
b) Flávia Faria Silva Avila Barbosa, matrícula nº 35.463, suplente;
c) Bruna Gabriela Guimarães Lima, matrícula nº 33.218, titular;
d) Adriano Nunes Bernardes, matrícula nº 34.878, suplente;
e) Thiago Pereira de Carvalho, matrícula nº 33.252, titular; e
f) Sarah Rebeca Marciano dos Santos, matrícula nº 34.676, suplente;

III - representante da Secretaria Municipal de Obras:

- a) Erik Guimarães de Freitas Freudensprung, matrícula nº 33.274, titular; e
b) Laiza Letícia da Silveira Lopes, matrícula nº 35.405, suplente;

IV - representante da Controladoria-Geral do Município:

- a) Flávia Cristina de Almeida, matrícula nº 33.666, titular; e
b) Fabrício Lopes dos Santos, matrícula nº 33.637, suplente;

V - representante da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, setor afeto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas:

- a) José Roberto Coelho Lopes, matrícula nº 34.738, titular; e
b) Rafael Fernandes de Carvalho, matrícula nº 34.728, suplente.

Parágrafo único. Quando convocados para atuar e desenvolver os trabalhos da Comissão por qualquer ato inequívoco do presidente, os servidores integrantes da Comissão deverão ser liberados das suas atribuições ordinárias pelo tempo necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 20 de janeiro de 2023.

Luiz Sergio Ferreira Costa

Prefeito do Município de Santa Luzia

[1] Comunicação Interna nº 013/2023.

DECRETO Nº 4.123, DE 20 DE JANEIRO DE 2023

Altera dispositivos do Decreto nº 3.819, de 23 de junho de 2021, que “Nomeia os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do Município de Santa Luzia e revoga o Decreto nº 3.570, de 14 de maio de 2020”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VI do caput do art. 71 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o art. 1º do Regimento Interno da Junta Administrativa dos Recursos de Infração - JARI do Município de Santa Luzia, aprovado por meio do Decreto nº 3.110 de 08 de abril de 2016, a JARI é um órgão colegiado componente do Sistema Nacional de Trânsito com poderes e atribuições previstos na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução nº 357, de 02 de agosto de 2010, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 357, de 2010, do CONTRAN, “Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI”;

CONSIDERANDO as atribuições dos membros da JARI descritas no Capítulo IV de seu Regimento Interno; e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transportes[1] acerca da necessidade de atualização dos membros representantes da JARI,

DECRETA:

Art. 1º As alíneas “a” e “b” do inciso III do caput do art. 1º do Decreto nº 3.819, de 23 de junho de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

III -

- a) César Ferreira da Silva, CPF nº XXX.977.346-XX, titular; e
b) Welliton Silva Benedicto, CPF nº XXX.389.356-XX, suplente;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Luzia, 20 de janeiro de 2023

Luiz Sergio Ferreira Costa
Prefeito do Município de Santa Luzia

[1] Comunicação Interna nº 016/2023

PROJETO DE LEI Nº , DE 20 DE JANEIRO DE 2023

Repristina o caput do art. 7º da Lei nº 2.534, de 08 de outubro de 2004, o qual foi alterado pela Lei nº 3.724, de 13 de janeiro de 2016, e revogado pela Lei nº 4.546, de 30 de dezembro de 2022.

Art. 1º Fica repristinado o caput do art. 7º da Lei nº 2.534, de 08 de outubro de 2004, com a redação dada pela Lei nº 3.724, de 13 de janeiro de 2016, que foi revogado pela Lei nº 4.546, de 30 de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e convalidando os atos praticados a partir de 01 de janeiro de 2023.

Santa Luzia, 20 de janeiro de 2023

Luiz Sergio Ferreira Costa
Prefeito do Município de Santa Luzia

MENSAGEM Nº 03/2023

Santa Luzia, 20 de janeiro de 2023

Exmo. Senhor Presidente,
Exmos. Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de lei que “Repristina o caput do art. 7º da Lei nº 2.534, de 08 de outubro de 2004, o qual foi alterado pela Lei nº 3.724, de 13 de janeiro de 2016”.

I – DA REPRISTINAÇÃO

Segundo o autor Alexandre de Moraes[1] repristinação é o “nome que se dá ao fenômeno que